

Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda

 **Relatório
de
Atividades 2017**



coopa

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
NOSSA COOPERATIVA	4
PROPÓSITO.....	4
Estrutura Administrativa	4
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO: 2017 / 2021 - COMPOSIÇÃO EM 31.12.2017	4
CONSELHO FISCAL- MANDATO: 2017/2018 - COMPOSIÇÃO EM 31.12.2017	4
1. DADOS GERAIS	6
14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
14.1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
14.2. – PARECER DO CONSELHO FISCAL	20
14.3. –BALANÇOS PATRIMONIAIS	21
14.4. - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	21
14.5. – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	22
14.6. - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
14.7. - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	23
14.8. - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	24
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
1 CONTEXTO OPERACIONAL	25
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	25
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
5 CONTAS A RECEBER	30
6 ESTOQUES.....	31
7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	31
8 INVESTIMENTOS	31
9 IMOBILIZADO	32
10 INTANGÍVEL.....	33
11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	33
12 FORNECEDORES.....	33
13 OBRIGAÇÕES COM COOPERADOS	34
14 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	34
15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	34
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
17 INGRESSO OPERACIONAL LÍQUIDO	35
18 OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	36
19 RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES EM COOPERATIVAS.....	36
20 RESULTADO FINANCEIRO	36
21 PARTES RELACIONADAS.....	36
22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	37
23 GERENCIAMENTO DE RISCOS	37
24 COBERTURA DE SEGUROS	38
25 CUSTÓDIA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA ARMAZENADA.....	38
26 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS DE ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS	39
27 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS POR SEGMENTO	40
15. Balanço Social	41
15.1. - Balanço Social	41

APRESENTAÇÃO

SENHORES (AS) COOPERADOS (AS),

Cumprindo determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda., apresenta aos cooperados o Relatório do Exercício de 2017, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Fluxo de Caixa, Demonstrações de Valor Adicionado, Origens e Aplicações de Recursos, Mutações do Patrimônio Líquido e Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

NOSSA COOPERATIVA**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO LTDA.**Nome fantasia: **COOPA**

Endereço: Rua Pedro Barbosa Victor, 425 – Centro

Cidade: Patrocínio – MG – CEP: 38740-004

Telefone: (34) 3515-7300

E-mail: comunicacao@coopa.coop.br

Site: www.coopa.coop.br

Data fundação: 08.09.1961

CNPJ Nº 23.405.160/0001-16

NIRE (JUCEMG) Nº 31400012427

OCEMG – OCB Nº 281

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 3143

Propósito

Promover o empreendedorismo conectado ao pensamento coletivo para orientar, capacitar e fomentar a geração de valor compartilhado.

Estrutura Administrativa**Conselho de Administração - Mandato: 2017 / 2021 – composição em 31.12.2017****Efetivos**

Fausto Amaral da Fonseca – Presidente

Maurício da Cunha – Vice Presidente

Arlindo Nunes dos Reis

Eduardo Machado Arantes

Inês Maria Alberton Fiebig

José Francisco Romão

Nelson José Braga

Renato Alves Anselmo

Valtônio Soares

Suplentes

Marcos José Caixeta

Rosemir Ferreira Rosa

Conselho Fiscal- Mandato: 2017/2018 – composição em 31.12.2017**Efetivos**

Emerson Hortense

Neudo de Carvalho Simeão

Charles Jackson Costa Aguiar

Suplentes

Advaldo Pereira da Cruz

AOS COOPERADOS

O ano de 2017 foi um dos mais turbulentos da história da COOPA. Houve grande debate interno sobre nossas condições econômicas e financeiras, sobre o estatuto social e a política interna. O Conselho de Administração teve o seu mandato antecipado, e novas eleições aconteceram sustentadas por uma mudança estatutária. Uma nova direção composta por um Conselho de Administração com 9 membros, dentre eles um presidente e um vice-presidente, tomou posse trazendo a esperança na recuperação financeira, social e da imagem da COOPA diante dos sócios e da comunidade em geral. Além disso, a agropecuária de maneira geral passou por uma crise motivada pela queda nos preços de quase todos os produtos, especialmente o leite, que teve os preços mais baixos dos últimos 10 anos, o que afetou sobremaneira a renda dos produtores e da COOPA.

Com um endividamento alto e a receita limitada pela crise, tivemos um período muito difícil no processo de recuperação. Mesmo assim, mesmo perdendo centenas de sócios, os que ficaram se uniram ao redor das metas de recuperação: conseguimos reduzir as despesas em quase 50%, e aumentar as receitas a partir de julho em mais de 30%. Também avançamos nas negociações com fornecedores e credores, e colocamos a venda ativos importantes para saldar compromissos.

O relatório que aqui apresentamos mostra de forma transparente o que foi feito e o que falta fazer para recuperar a COOPA. Passamos por um ano em que pouco a cooperativa pôde ajudar seus associados, e de muitos deles ela recebeu, sobretudo, um voto de confiança, críticas e sugestões.

Para 2018 esperamos vender ativos, quitar débitos, melhorar nossos estoques e serviços, e fazer com que a COOPA saia do vermelho. Mas mais do que isso, esperamos que a COOPA volte a prestar um serviço à altura do que seus sócios esperam.

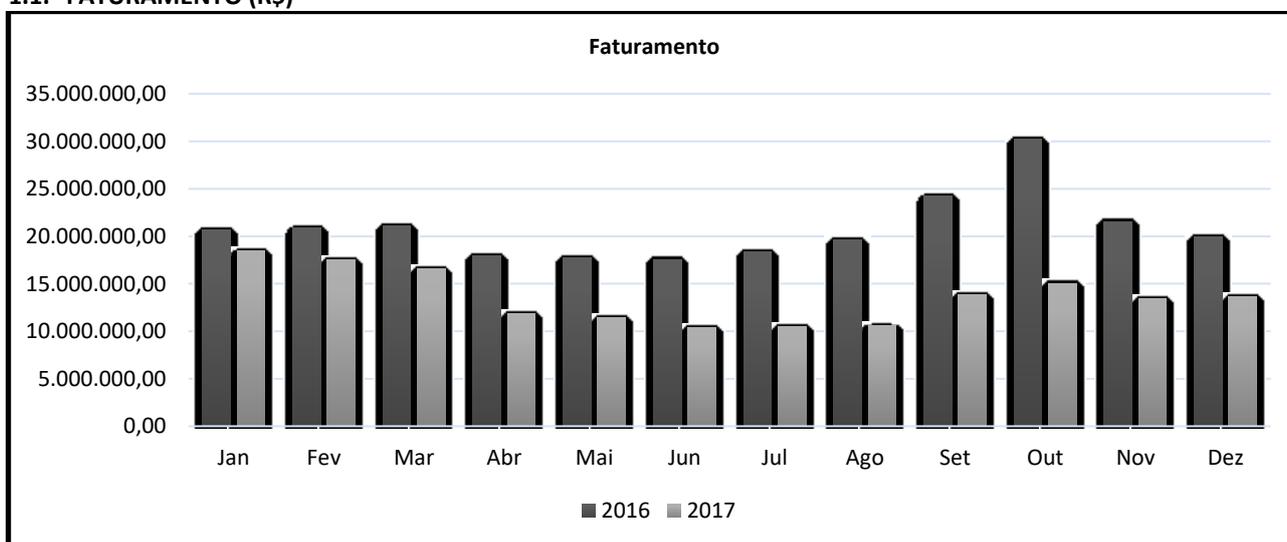
Muito trabalho nos espera: pagamento de dívidas, reestruturação administrativa, apoio na produção, mas tudo isso sempre com transparência e o apoio do associado.

Vamos todos juntos, com vontade e força, em busca do nosso objetivo de voltar a ter uma COOPA que ajude seus associados a produzirem mais e melhor!

1. DADOS GERAIS

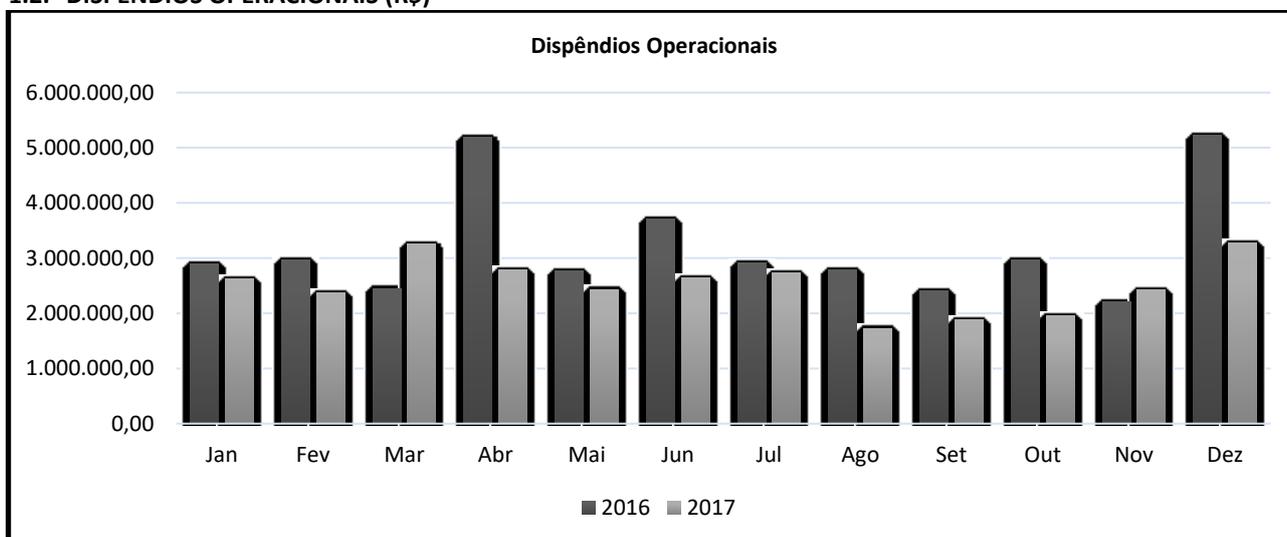
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO SOBRES/PERDAS - DRS			
COMPARATIVO 2017/2016			
Contas	2017	2016	2017/2016%
Ingressos/Receitas	163.263.730	249.878.526	-34,66%
Deduções	(10.721.261)	(13.830.305)	-22,48%
Custos	(132.996.603)	(200.186.766)	-33,56%
Sobras Brutas	19.545.866	35.861.456	-45,50%
Pessoal	(14.886.605)	(19.419.731)	-23,34%
Vendas	(3.788.720)	(3.672.070)	3,18%
Gerais/Adm	(7.792.306)	(17.467.866)	-55,39%
Depreciação	(3.523.965)	(3.187.707)	10,55%
Tributos	(2.490.539)	(1.562.706)	59,37%
Rates	(469.936)	(612.132)	-23,23%
Outras Receitas	4.382.824	8.332.603	-47,40%
Outras Despesas	(1.523.213)	(886.053)	71,91%
Dispendios Operacionais	(30.092.459)	(38.475.661)	-21,79%
Resultado Financeiro	(8.829.385)	(19.570.069)	-54,88%
Sobras a Disposição da AGO	(19.375.978)	(22.184.274)	-12,66%

1.1. FATURAMENTO (R\$)



Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2.016	20.651.134	20.871.655	21.087.900	17.971.780	17.740.354	17.576.703	18.360.804	19.614.215	24.265.423	30.256.843	21.558.709	19.923.007	249.878.526
2.017	18.514.376	17.490.213	16.567.774	11.866.000	11.399.538	10.379.204	10.518.595	10.563.914	13.840.252	15.056.098	13.454.824	13.612.943	163.263.730

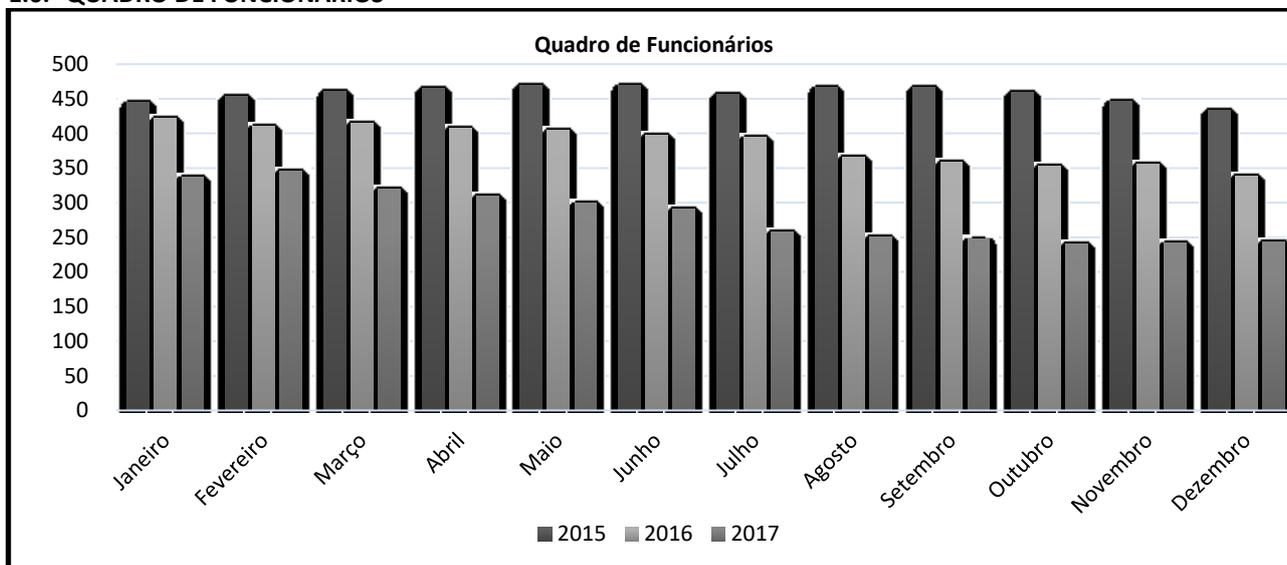
1.2. DISPÊNDIOS OPERACIONAIS (R\$)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2016	2.886.790	2.972.580	2.450.222	5.185.899	2.762.524	3.713.026	2.911.249	2.791.092	2.412.181	2.965.908	2.200.269	5.223.921	38.475.661
2017	2.617.391	2.364.511	3.263.693	2.781.951	2.433.427	2.648.859	2.737.382	1.726.211	1.874.507	1.947.425	2.421.589	3.201.565	30.092.459

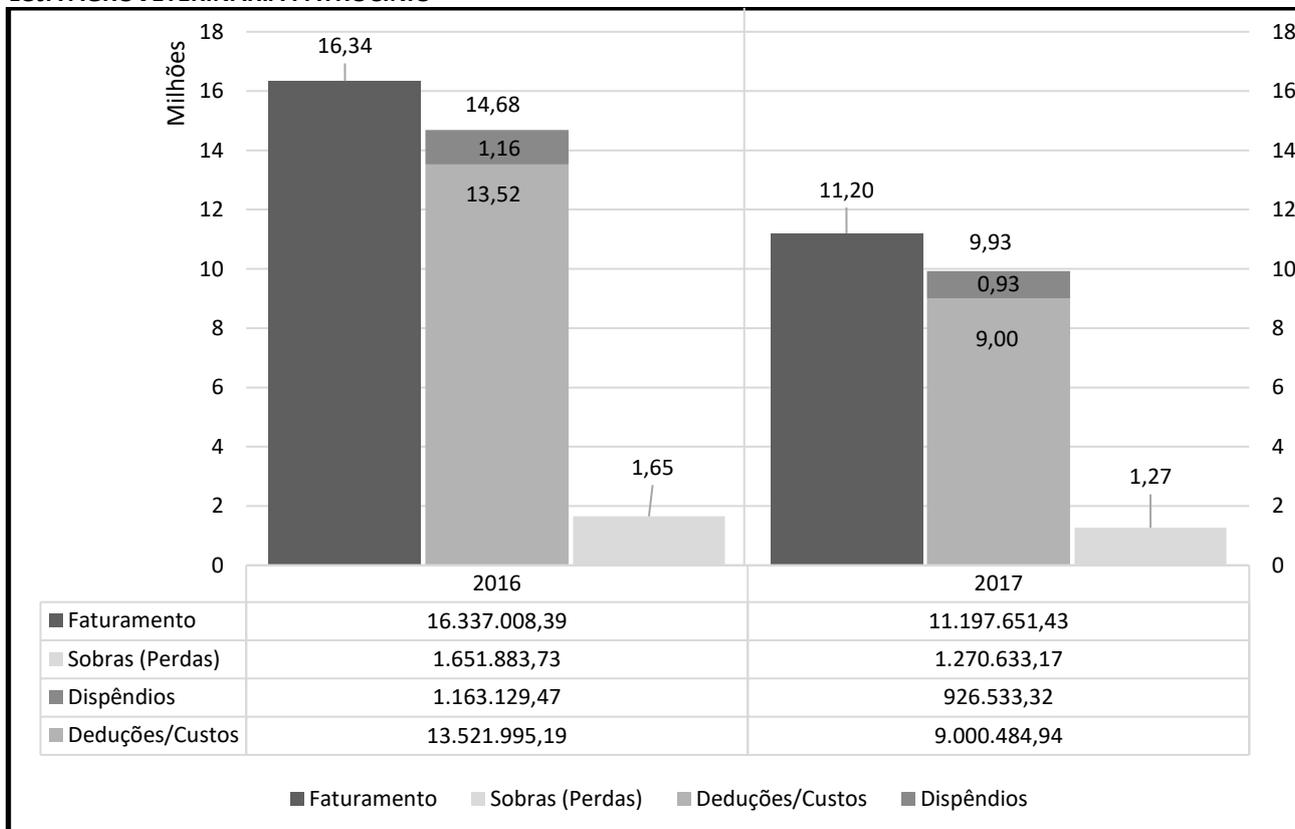
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2015	846.336	859.855	862.724	873.174	877.774	875.760	858.155	873.367	893.367	882.417	964.895	922.066	10.589.890
2016	906.873	850.398	846.682	828.362	825.459	802.237	797.948	744.312	700.324	717.216	751.076	720.029	9.490.916
2017	716.363	724.662	687.184	680.900	664.735	610.926	431.314	415.461	404.953	410.816	417.530	414.618	6.579.462

1.6. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

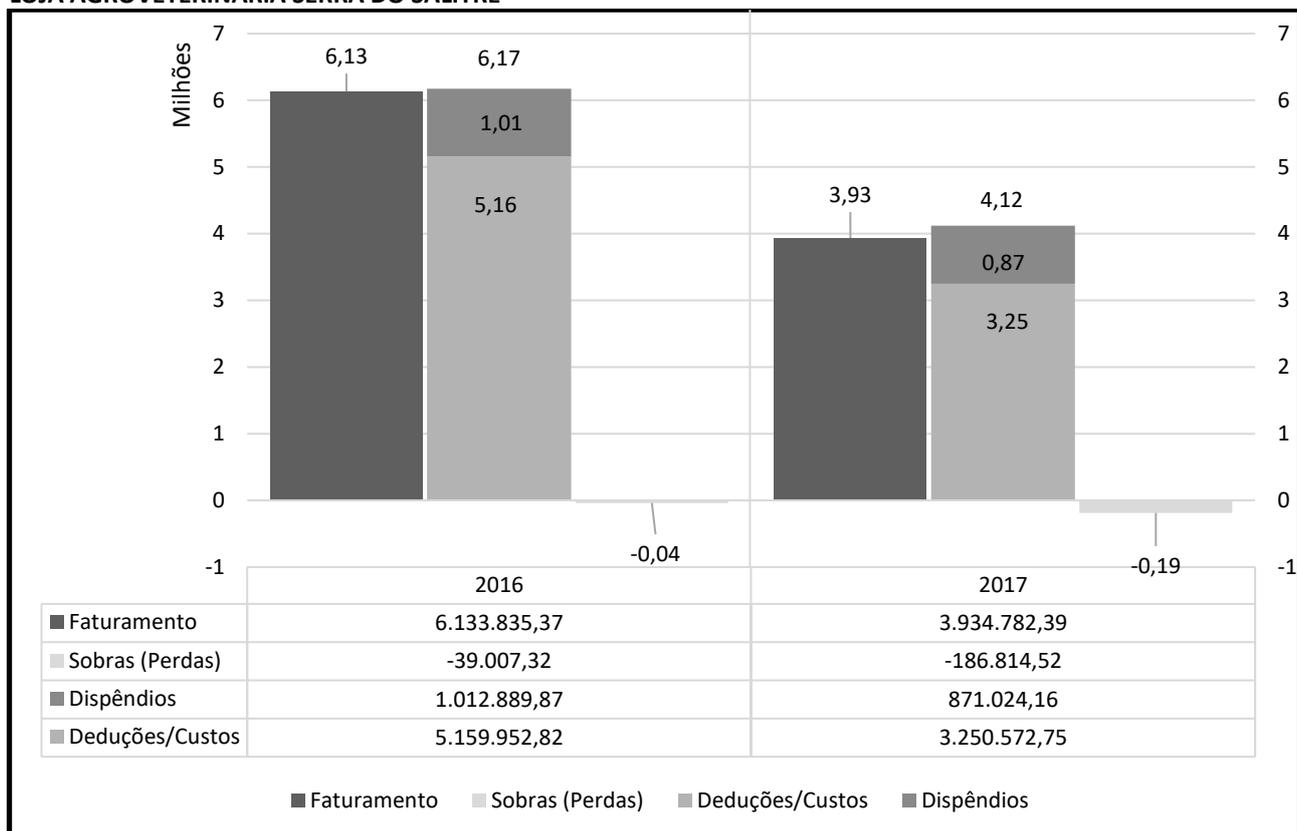


Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2015	445	453	461	465	469	469	457	467	467	459	446	433
2016	422	411	415	407	404	398	394	366	358	353	355	338
2017	337	345	320	309	299	291	258	250	247	240	242	243

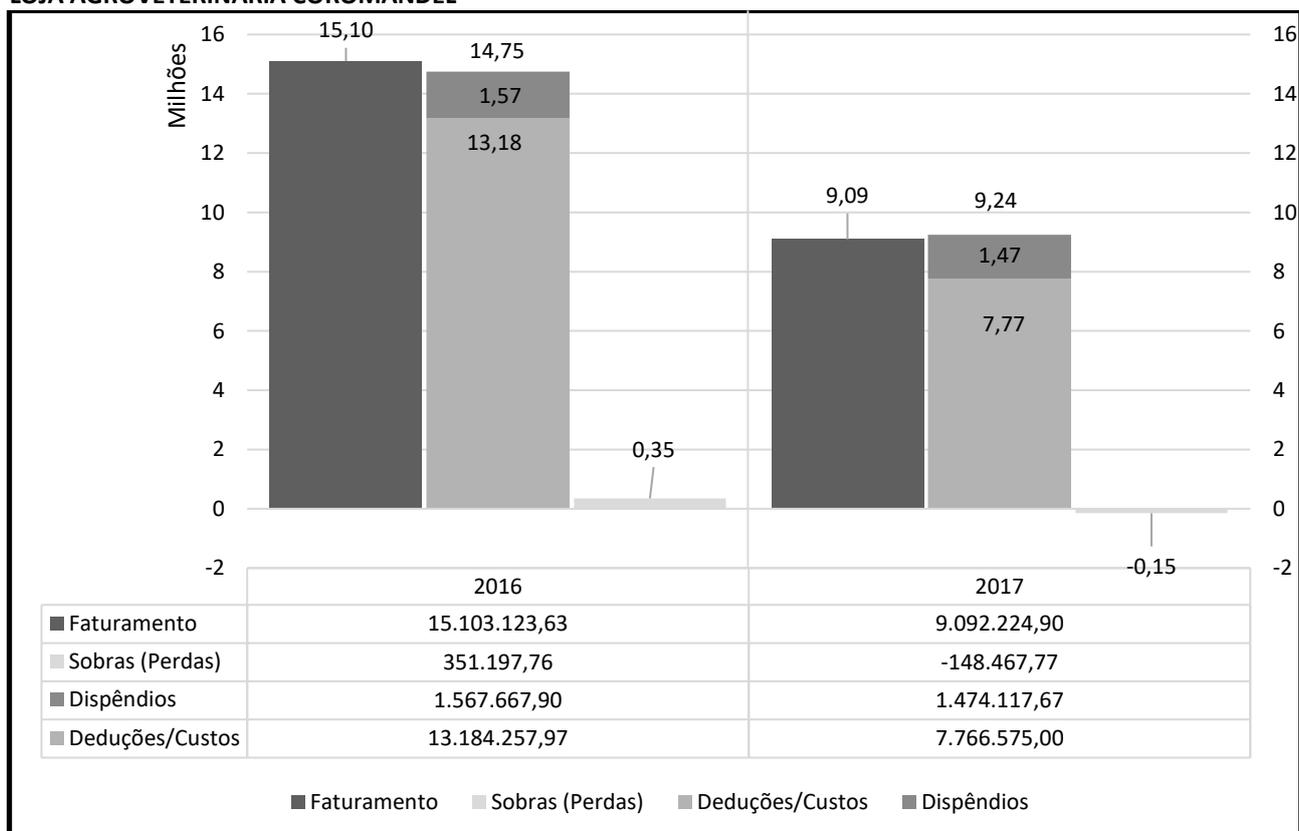
2. LOJA AGROVETERINÁRIA PATROCÍNIO



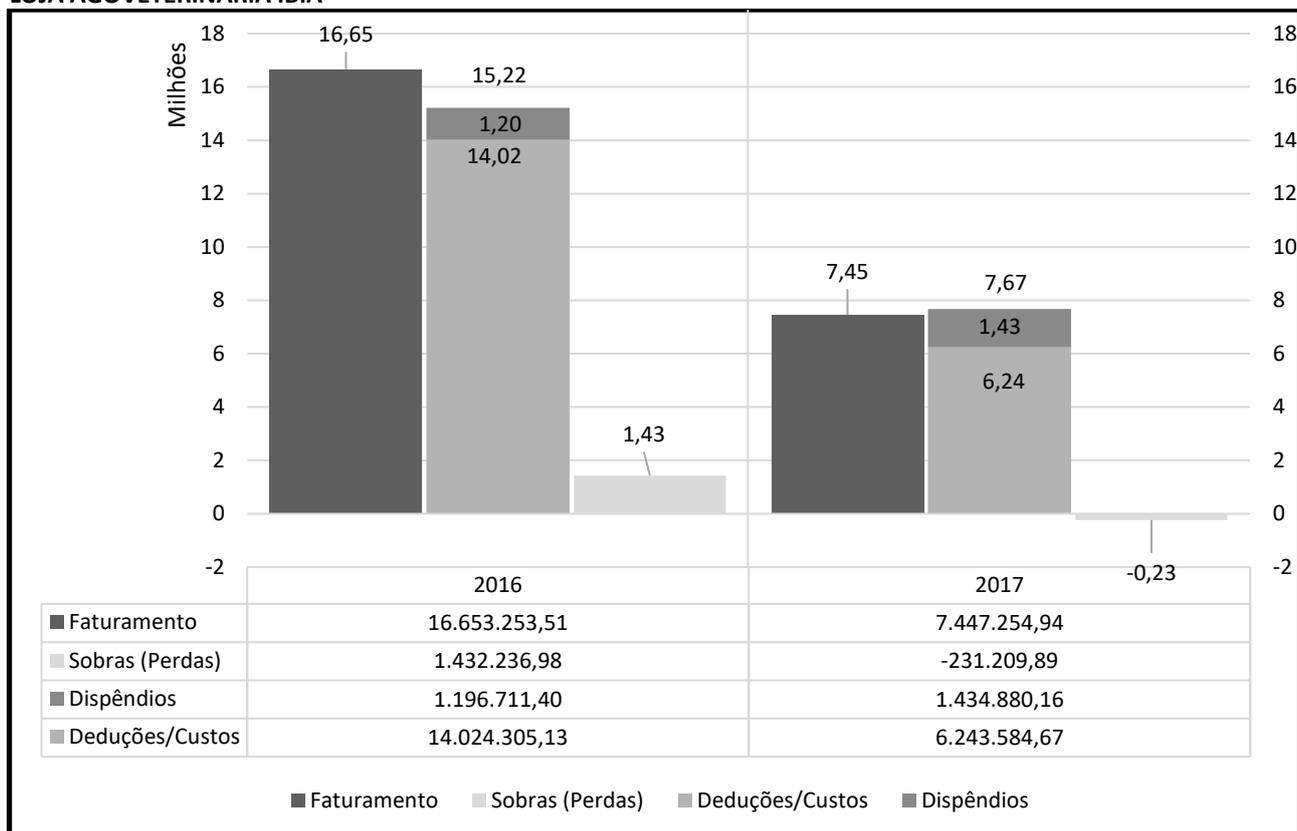
3. LOJA AGROVETERINÁRIA SERRA DO SALITRE



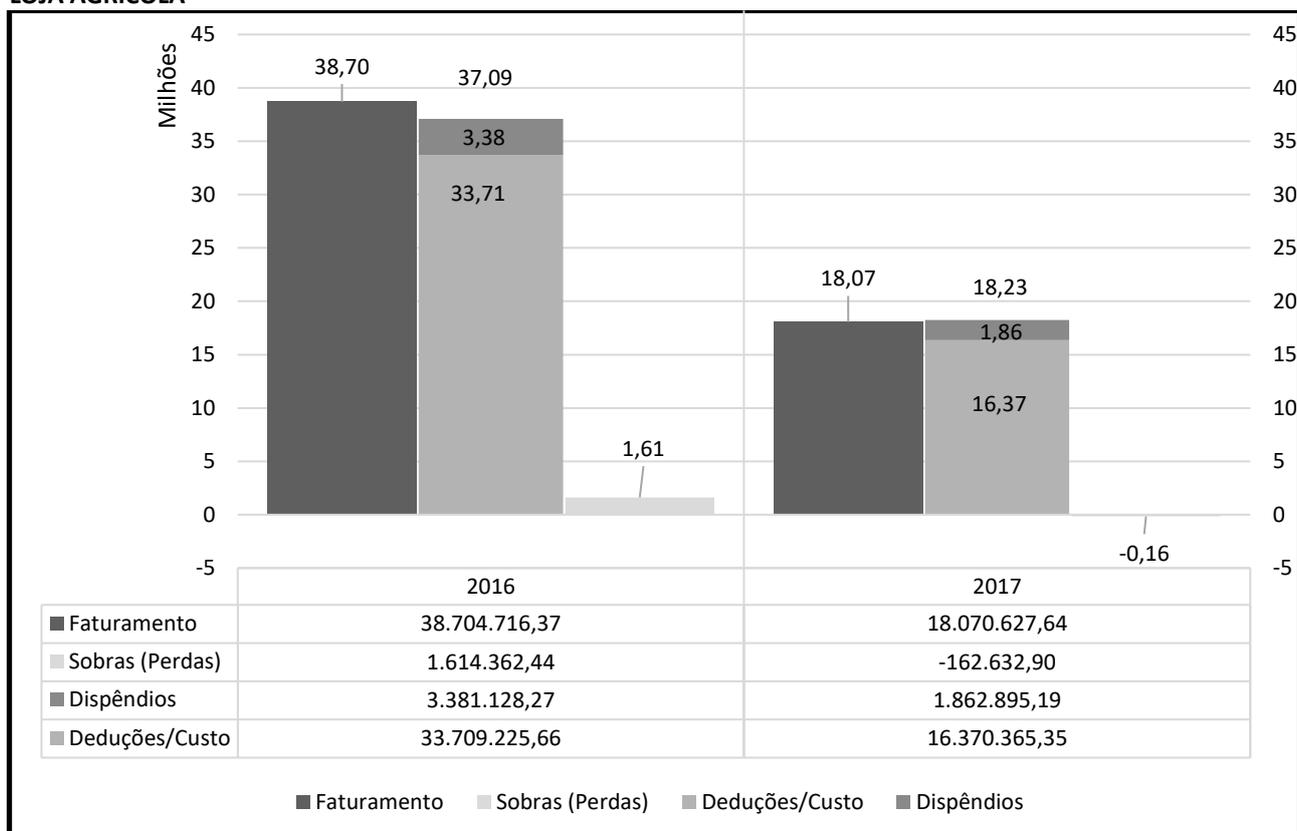
4. LOJA AGROVETERINÁRIA COROMANDEL



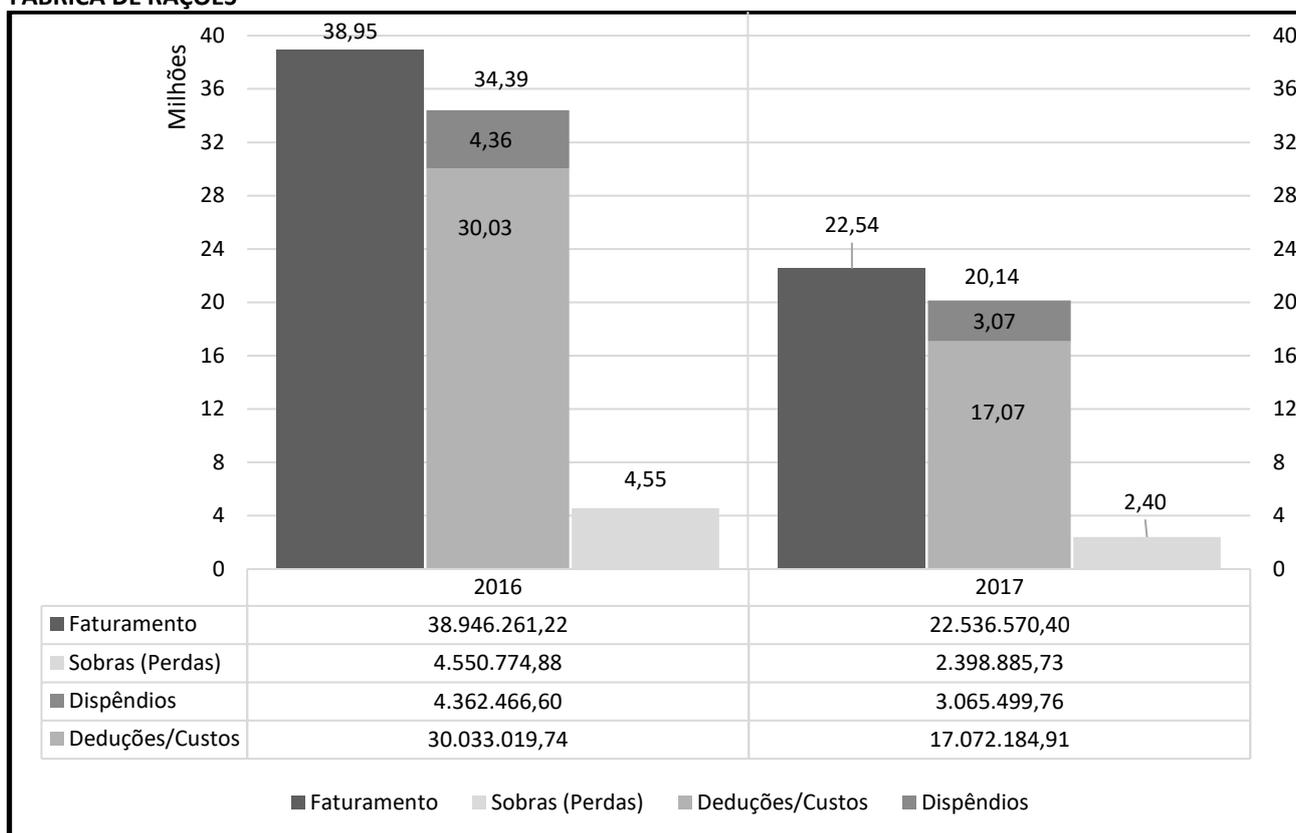
5. LOJA AGOVETERINARIA IBIÁ



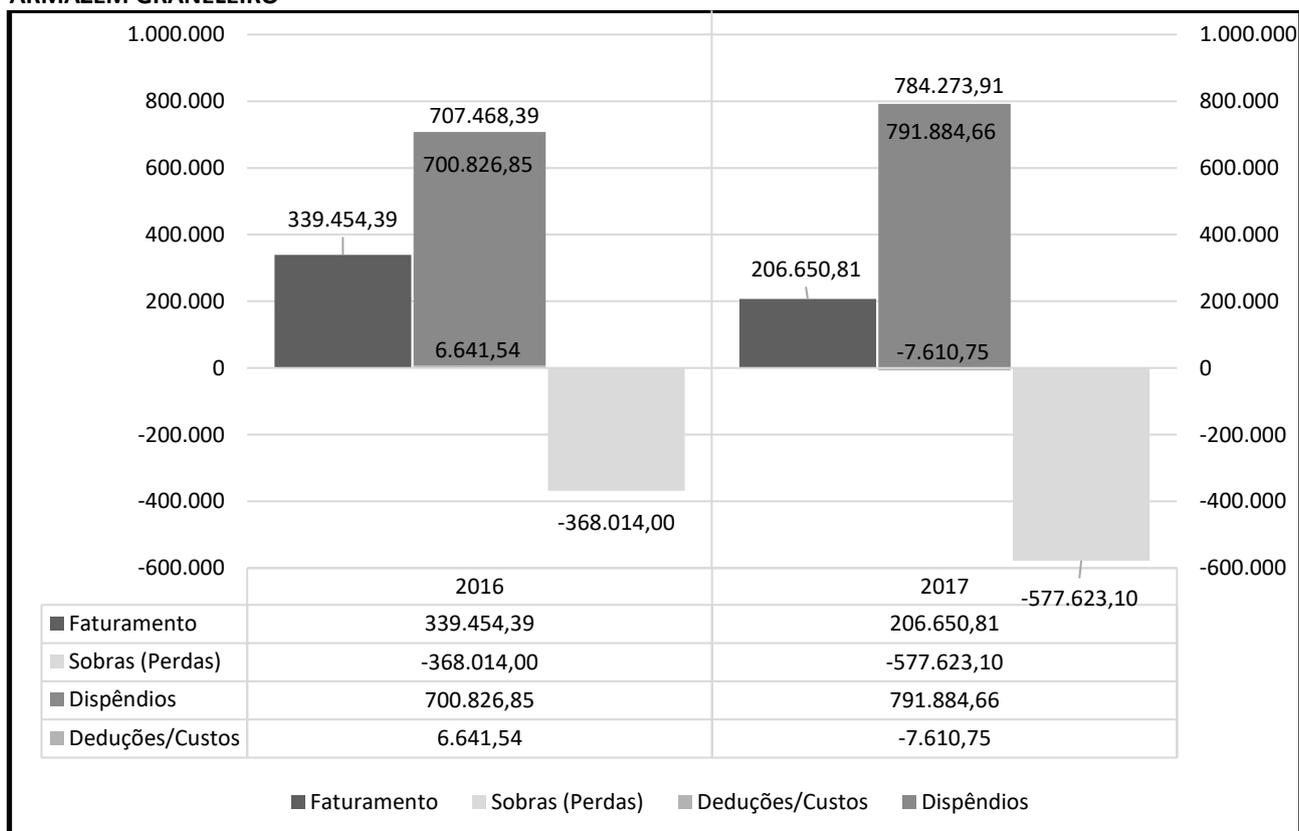
6. LOJA AGRÍCOLA



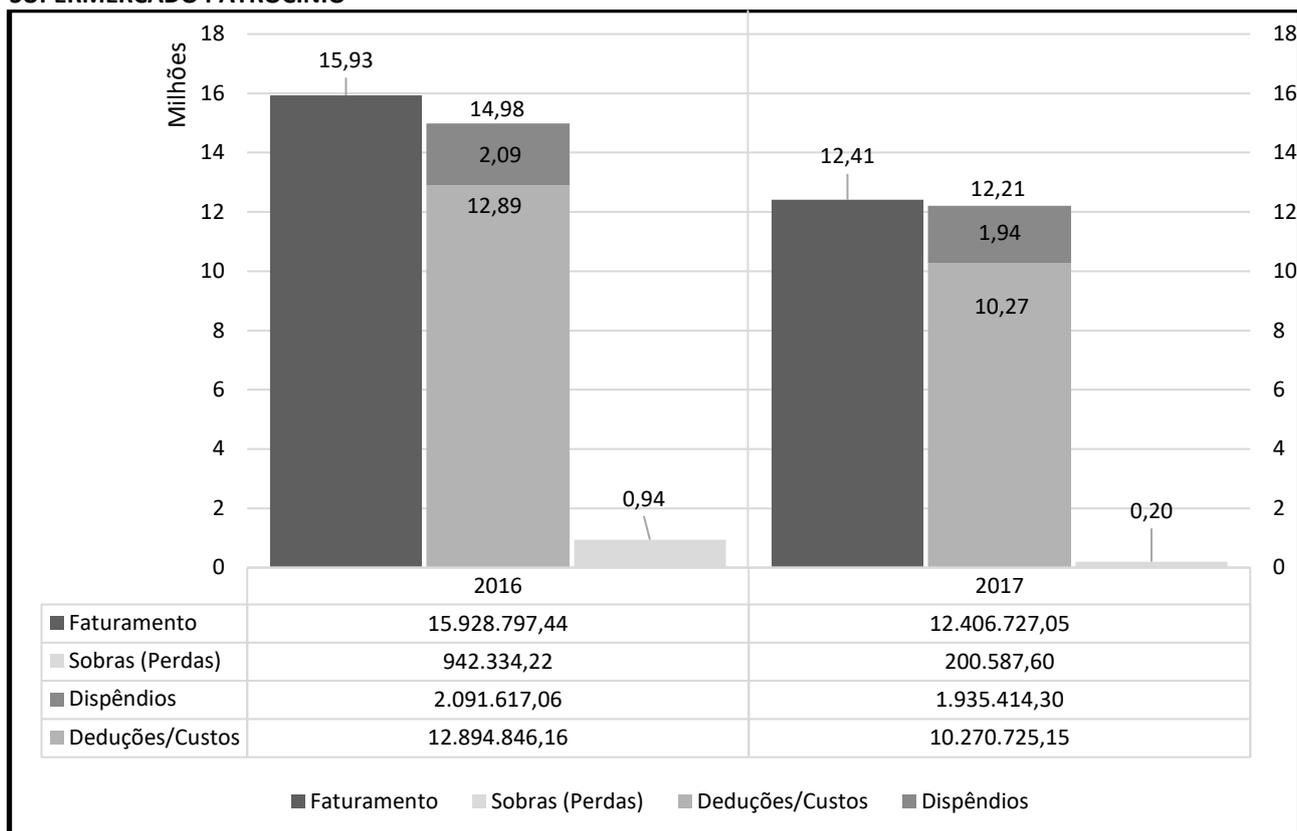
7. FÁBRICA DE RAÇÕES



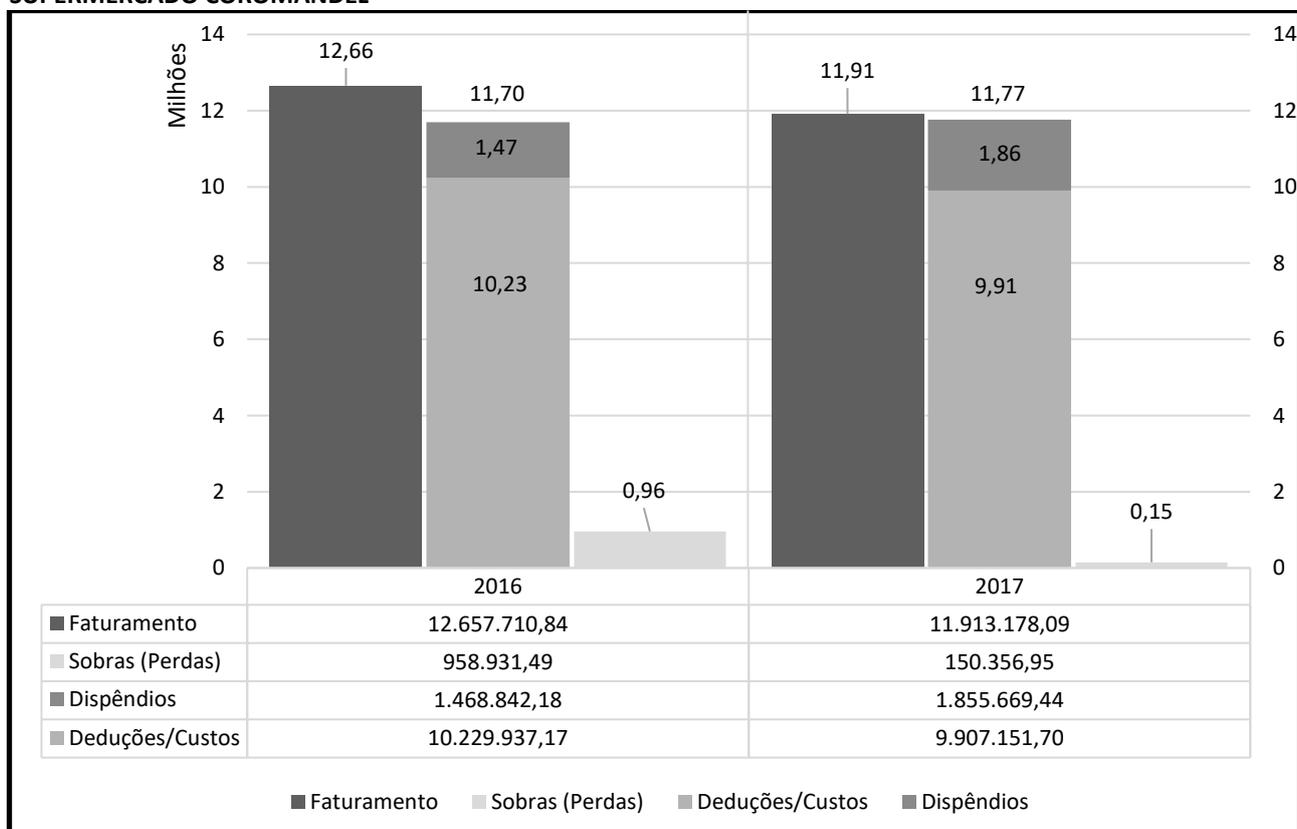
8. ARMAZÉM GRANELEIRO



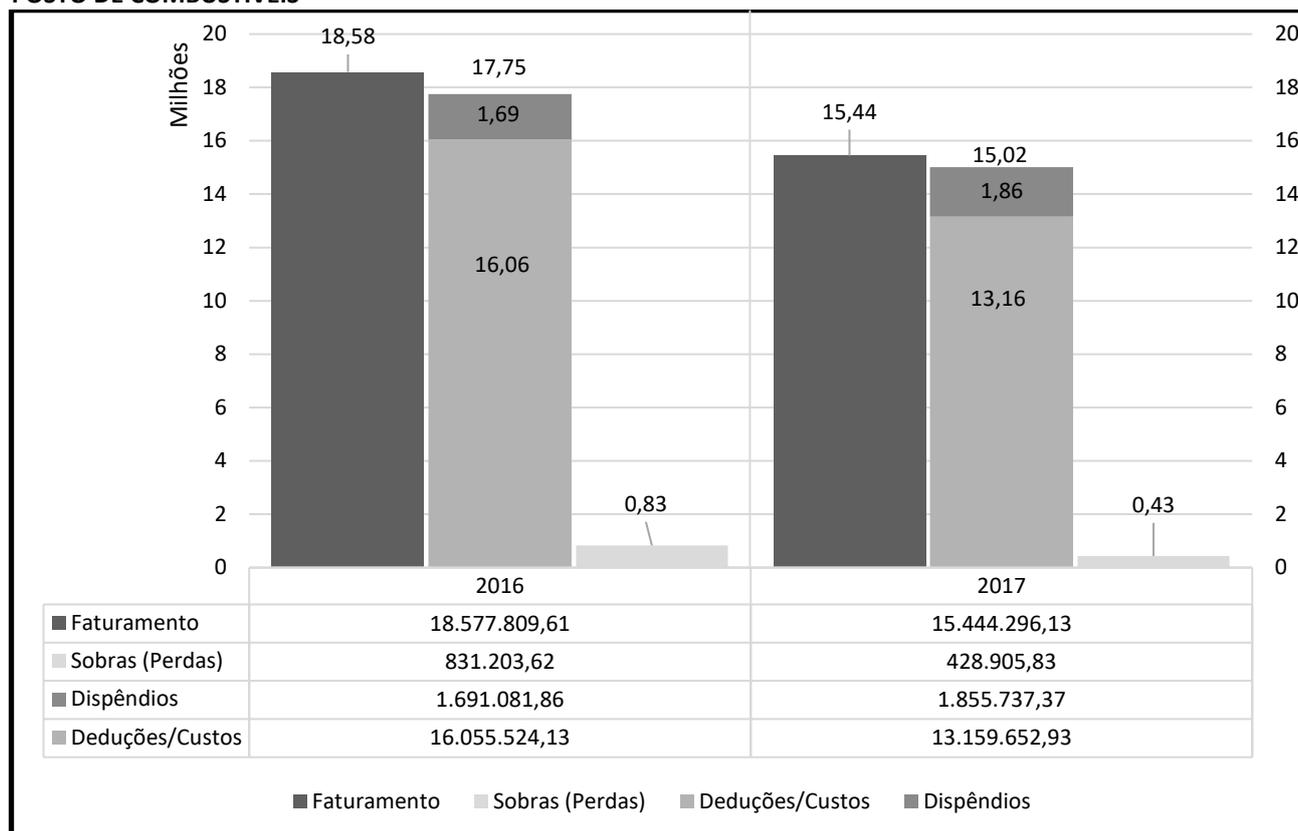
9. SUPERMERCADO PATROCÍNIO



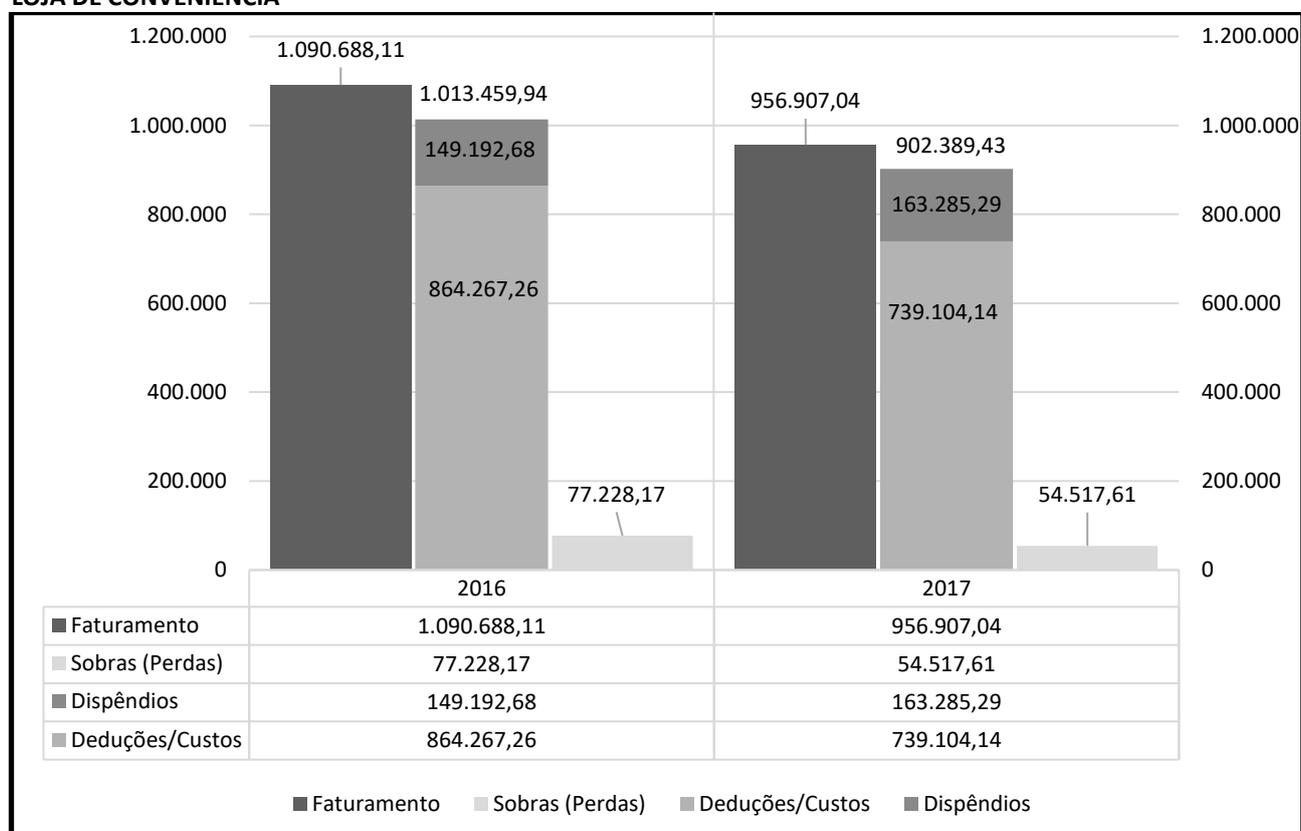
10. SUPERMERCADO COROMANDEL



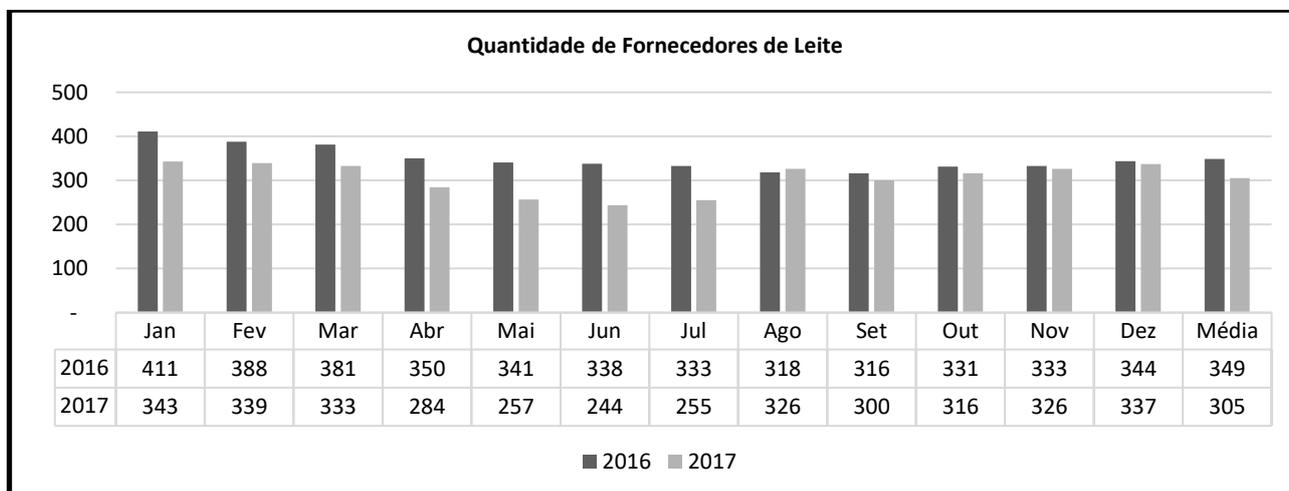
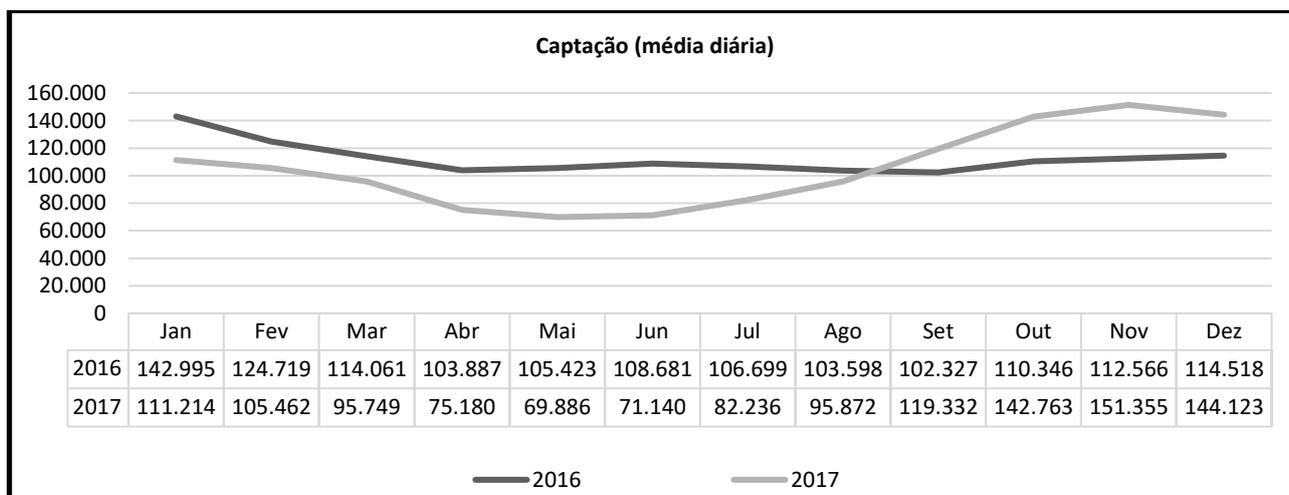
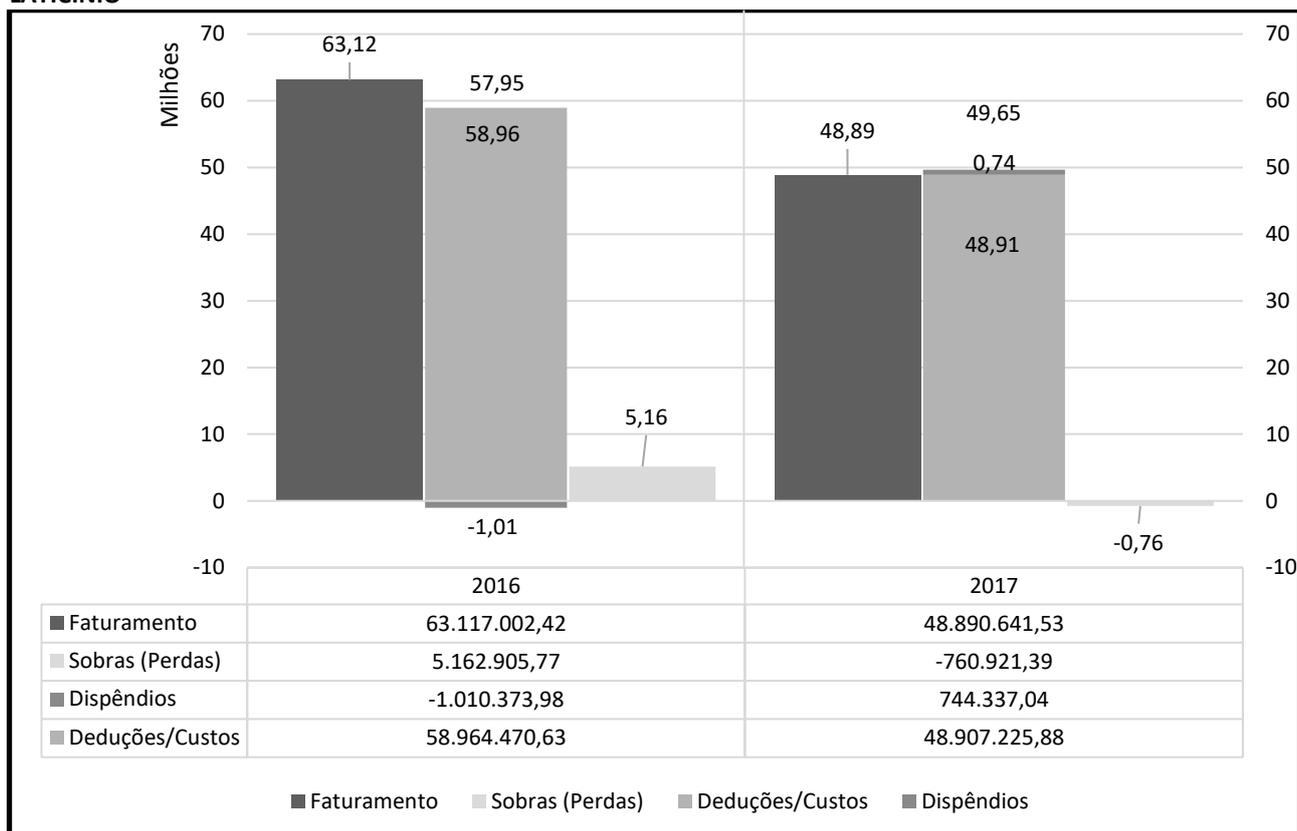
11. POSTO DE COMBUSTÍVEIS



12. LOJA DE CONVENIÊNCIA



13. LATICÍNIO



14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – COOPA

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e o Relatório dos Auditores Independentes

14.1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras



Av. Afonso Pena, 732 - 9º andar
Cep. 30130-903 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel.: (31) 3274-2900
e-mail: soltz@soltzauditores.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Cooperados e Administradores da
COOPERATIVA AGROPÉCUARIA DE PATROCÍNIO LTDA. - COOPA
Patrocínio – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e/ou possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Cooperativa não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade dos seus ativos fixos, conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perdas ou ganhos desses ativos por valores não quantificados.

A Cooperativa não revisou a vida útil de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Cooperativa decidiu por manter a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter



evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos dessa revisão no ativo imobilizado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, e no resultado do exercício findo nesta data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase sobre desequilíbrio econômico financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 30.323.044 e gerou prejuízo de R\$ 19.199.908 durante o exercício. A Administração da Cooperativa está desenvolvendo um plano de ações para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira, conforme descrito na nota explicativa I e considera que as medidas serão suficientes para equilibrar a situação patrimonial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira



apenas para companhias abertas e, portanto, está sendo apresentada no caso da Cooperativa como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está sendo adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da **Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 17 de fevereiro de 2017 sem modificação de opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Este assunto está divulgado pela Administração na Nota Explicativa 1.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva



razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações



**SOLTZ, MATTOSO
& MENDES**

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de Março de 2018

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG N° 002.684/D



José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

14.2. – Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento à disposição estatutária, examinamos o balanço patrimonial e demonstrações de Sobras ou Perdas da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda., levantados em 31 de dezembro de 2017 acompanhados dos:

- Relatório dos Auditores Independentes.
- Balanços patrimoniais.
- Demonstrações do resultado (sobras ou perdas).
- Demonstrações das Mutações do patrimônio líquido.
- Demonstrações dos fluxos de caixa.
- Demonstrações do valor adicionado.
- Notas Explicativas
- Demonstrações de resultados por Unidades e atividades.

Em nossa opinião, conforme registros efetuados em atas do Conselho Fiscal e consubstanciados nos trabalhos realizados pela Auditoria Externa Auditores Independentes Soltz, Mattoso & Mendes Auditores Independentes, que emitiram parecer com ressalva, datado do dia 19 de fevereiro de 2018; as Demonstrações Contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPA – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda., em 31 de dezembro de 2017.

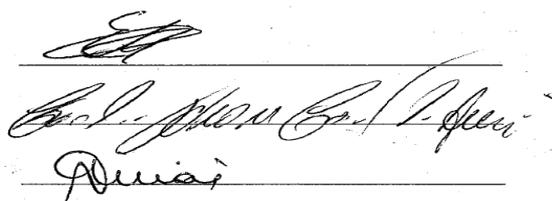
Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, pela Assembléia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício de 2017.

Patrocínio – MG, 19 de fevereiro de 2018.

Emerson Hortense

Charles Jackson Costa de Aguiar

Neudo de Carvalho Simeão



14.3. –Balanços Patrimoniais

Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – COOPA

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.347.845	12.772.459	Empréstimos e financiamentos	11	47.712.644	74.834.566
Contas a receber	5	20.661.846	40.474.856	Fornecedores	12	16.431.655	32.892.249
Estoques	6	15.409.205	33.369.873	Obrigações com cooperados	13	3.142.348	3.202.098
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.165.262	5.454.690	Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.559.236	2.172.521
Outros créditos		5.530	15.142	Impostos e contribuições a recolher		3.278.087	1.953.360
Despesas antecipadas		219.006	20.826	Provisão de férias e encargos		860.760	1.659.436
Total do ativo circulante		44.808.694	92.107.846	Outras obrigações		147.007	150.897
				Total do passivo circulante		75.131.737	116.865.127
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	18.800.889	13.666.965
Contas a receber	5	23.674.734	2.823.756	Fornecedores	12	5.848.870	-
Depósitos judiciais	15	1.304.486	1.304.486	Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.558.080	2.459.181
Impostos e contribuições a recuperar	7	50.734	66.572	Capital a restituir		6.017.065	4.810.438
Outros créditos		4.917	1.000	Provisão para contingências	15	1.304.486	1.304.486
Investimentos	8	27.261.857	26.582.589	Total do passivo não circulante		36.529.390	22.241.070
Imobilizado	9	22.117.945	23.167.138				
Intangível	10	11.044.965	12.617.243	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo não circulante		85.459.638	66.562.784	Capital social		43.332.513	31.386.988
				Capital a integralizar		(10.886.845)	-
				Reserva de reavaliação		5.361.455	5.537.512
				Perdas acumuladas / Sobras a disposição da AGO		(19.199.918)	(17.360.067)
				Total do patrimônio líquido		18.607.205	19.564.433
Total do ativo		130.268.332	158.670.630	Total do passivo e do patrimônio líquido		130.268.332	158.670.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.4. - Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

	Nota	2017	2016
Ingresso operacional líquido	17	152.542.470	236.048.221
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(132.996.603)	(200.186.766)
Sobra bruta		19.545.867	35.861.455
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal		(14.886.605)	(19.419.731)
Dispêndios administrativos e gerais		(18.065.466)	(17.417.362)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	(9.085.116)
Outros ingressos operacionais líquidos	18	2.820.730	4.241.602
Resultado de participações em cooperativas	19	38.881	3.204.948
		(30.092.460)	(38.475.659)
Sobra antes do resultado financeiro		(10.546.593)	(2.614.204)
Resultado financeiro	20		
Ingressos financeiros		9.808.995	7.925.077
Dispêndios financeiros		(18.638.377)	(27.495.146)
		(8.829.382)	(19.570.069)
(Perda) sobra líquida do exercício		(19.375.975)	(22.184.273)
Utilização da RATES		-	-
Realização da reserva de reavaliação		176.057	172.514
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal		-	1.057.529
Compensação do prejuízo com reservas		-	2.108.006
Constituição de reservas legais e estatutárias:		-	1.486.157
Reserva legal		-	-
RATES		-	-
Sobras à disposição da AGO		(19.199.918)	(17.360.067)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.5. – Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

	2017	2016
(Perda) sobra líquida do exercício	-19.375.975	-22.184.273
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-19.375.975	-22.184.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.6. - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Capital Social a Integralizar	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para contingências	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	33.816.645	-	3.165.535	5.710.026	1.486.157	-	340.826	44.519.189
Incorporação de sobras em capital	340.826	-	-	-	-	-	(340.826)	-
Integralizações de capital	20.500	-	-	-	-	-	-	20.500
Baixas de capital	(2.790.983)	-	-	-	-	-	-	(2.790.983)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(172.514)	-	-	172.514	-
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal	-	-	(1.447.747)	-	-	-	1.447.747	-
Compensação do prejuízo com reservas	-	-	(1.717.788)	-	(1.486.157)	-	3.203.945	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda do exercício	-	-	-	-	-	-	(22.184.273)	(22.184.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.386.988	-	-	5.537.512	-	-	(17.360.067)	19.564.433
Incorporação de sobras em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição perdas do exercício	-	-	-	-	-	-	17.360.067	17.360.067
Capital social a integralizar	10.886.845	(10.886.845)	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital - Rateio	2.350.218	-	-	-	-	-	-	2.350.218
Integralizações de capital – Novos Cooperados	15.000	-	-	-	-	-	-	15.000
Baixas de capital	(1.306.538)	-	-	-	-	-	-	(1.306.538)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(176.057)	-	-	176.057	-
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação do prejuízo com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda do exercício	-	-	-	-	-	-	(19.375.975)	(19.375.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.332.513	(10.886.845)	-	5.361.455	-	-	(19.199.918)	18.607.205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.7. - Demonstrações dos fluxos de caixa

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Perda) sobre líquida do exercício	(19.375.975)	(22.184.273)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	3.524.231	3.187.709
Valor residual das baixas do imobilizado	436.389	59.608
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	9.085.116
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(1.037.968)	29.513.131
Estoques	17.960.668	13.818.128
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.887.223)	(1.339.607)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(10.611.724)	(21.824.091)
Obrigações com cooperados	(59.750)	1.509.505
Obrigações sociais, trabalhistas e provisão de férias e encargos	2.686.938	2.632.762
Impostos e contribuições a recolher	1.324.727	976.685
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.202.737	2.196.302
Recursos líquidos provenientes das operações	(5.836.950)	17.630.975
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em investimentos	(679.268)	(3.972.876)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(1.339.145)	(2.300.060)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(2.018.413)	(6.272.936)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros	40.124.459	134.562.217
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e juros	(62.112.457)	(147.736.082)
Integralizações de capital	15.000	20.500
Baixas de capital	(1.306.538)	(2.790.983)
Distribuição perdas	17.360.067	-
Capital social a integralizar	-	-
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(5.919.469)	(15.944.348)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(13.774.832)	(4.586.309)
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.347.845	12.772.459
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.772.459	17.358.768
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(11.424.614)	(4.586.309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

14.8. - Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

	2017	2016
Receitas		
Vendas de produtos e mercadorias	161.190.536	247.369.432
Serviços prestados	2.073.194	2.509.094
Outros ingressos	3.708.931	4.742.099
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(9.085.116)
	166.972.661	245.535.509
Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	(132.996.603)	(200.186.766)
Outros insumos adquiridos	(2.921.374)	(4.243.824)
Materiais e serviços de terceiros	(11.279.367)	(11.574.941)
	(147.197.344)	(216.005.531)
Valor adicionado bruto	19.775.317	29.529.978
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.523.965)	(3.187.707)
Valor adicionado líquido	16.251.352	26.342.271
Valor adicionado transferido		
Ingressos financeiros	9.808.995	7.925.077
Resultado de participações em cooperativas	38.881	3.204.948
	9.847.876	11.130.025
Valor adicionado a distribuir	26.099.228	37.472.296
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	12.900.141	16.465.730
Remuneração	7.430.846	10.236.894
Encargos sociais (exceto INSS)	1.764.200	1.593.677
Transporte	13.778	37.341
Cursos e treinamentos	-	3.806
Auxílio alimentação	486.429	643.348
Gratificação	60.383	107.592
Seguro de vida e convênio médico	366.334	489.441
Férias e 13º salários	1.741.602	2.240.220
Honorários da administração e cédula de presença	270.809	653.323
Indenizações	680.861	365.619
Outros	84.899	94.471
Governo	12.265.285	14.869.200
INSS	2.332.114	3.413.998
ICMS	6.808.338	8.644.309
ISS	7.827	9.481
IOF	334.010	647.237
Outros	2.782.996	2.154.175
Financiadores	19.409.680	27.906.624
Dispêndios financeiros	18.304.367	26.847.909
Aluguéis	1.105.313	1.058.715
Cooperados	(18.475.878)	(21.769.258)
Despesas com assistência técnica, educacional e social	900.097	415.015
(Perda) sobra líquida do exercício	(19.375.975)	(22.184.273)
Valor adicionado distribuído	26.099.228	37.472.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – Coopa (“Cooperativa”) que contava com 1.642 e 2.845 cooperados ao final de 2017 e de 2016, respectivamente, tem por objetivo a defesa econômica e social dos seus cooperados, dentro dos princípios do cooperativismo, promovendo o estímulo ao desenvolvimento progressivo, à defesa de suas atividades sociais e econômicas de caráter comum e a venda em comum da sua produção agrícola e/ ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 30.323.044,72 (R\$ 24.757.281,49 em 2016). A Administração da Cooperativa está desenvolvendo um plano de ações para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira, com a consequente melhoria de performance. Portanto, não espera problemas relacionados à continuidade normal das suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida em 17 de fevereiro de 2017 pela Administração da Cooperativa.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma, na respectiva nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos, receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data da renegociação. A Cooperativa somente possui ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e as contas a receber de cooperados e terceiros.

A Cooperativa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade.

a.3 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem como passivo financeiro os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

c Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e o ajuste a valor presente. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

e Investimentos

Representados substancialmente por participações societárias no sistema cooperativista avaliadas pelo custo de aquisição e ajustadas ao valor justo, que corresponde à efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas. Os demais investimentos estão avaliados pelo método de custo.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e benfeitorias, veículos, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequencialmente demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

j Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

l Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

A Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2017 aprovou uma capitalização de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por associado ativo em 8 parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (mil reais) para os associados com movimentação econômica financeira menor que R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e de 4 parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os associados com movimentação econômica financeira maior que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

n Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

q.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

q.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

r Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

r.1 Correntes

A Cooperativa, por alinhar um perfil de entidade sem objetivo de lucro, tem o resultado de suas operações, realizadas com cooperados, isento do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não cooperados é tributado pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes.

s Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

p.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - *impairment*

As perdas com créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características.

p.2 Provisão para *impairment* de tributos a recuperar (PIS e COFINS)

A provisão para *impairment* de determinados tributos a recuperar (basicamente PIS e COFINS) é calculada mediante a análise das atuais perspectivas de realização, passando por uma avaliação sobre a natureza dos créditos, canais de recuperação, cenário das atividades no atual ambiente tributário e histórico dessas operações.

p.3 Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cooperativa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

p.4 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Cooperativa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

p.5 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica.

t Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

u Demonstrações do valor adicionado

Apesar da demonstração do valor adicionado não ser requerida da Cooperativa pela legislação societária brasileira, estas estão sendo apresentadas como informação suplementar, e foram elaboradas conforme a norma pertinente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e numerários em trânsito	262.494	350.838
Bancos conta movimento	922.217	424.336
Aplicações financeiras	163.134	11.997.285
	<u>1.347.845</u>	<u>12.772.459</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em "Aplicações financeiras" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa. As aplicações financeiras estão vinculadas aos empréstimos e financiamentos.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cooperados	21.259.071	31.344.025	52.603.096	40.049.131	10.540.952	50.590.083
Clientes	5.552.742	889.347	6.442.089	7.318.975	887.790	8.206.765
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)	(5.895.153)	(8.481.364)	(14.376.517)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(254.814)	(77.274)	(332.088)	(998.097)	(123.622)	(1.121.719)
	<u>20.661.846</u>	<u>23.674.734</u>	<u>44.336.580</u>	<u>40.474.856</u>	<u>2.823.756</u>	<u>43.298.612</u>

(i) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. As perdas calculadas pela alta Administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.

(ii) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Esses juros são realocados nas linhas de receitas e despesas financeiras no resultado. A taxa de juros utilizada para apuração do valor é de 12,83% a. a., obtida através da taxa média de captação de recursos da Cooperativa (em 2016 de 12,49%)

b Contas a receber por prazos de vencimento

						Vencidos		A vencer	Total
	Há mais de 180 dias	De 91 a 180 dias	De 61 a 90 dias	De 31 a 60 dias	Até 30 dias	Total			
Cooperados	20.008.974	3.449.055	916.048	565.966	1.294.231	26.234.274	26.368.822	52.603.096	
Clientes	1.910.630	429.576	69.084	55.410	74.410	2.539.110	3.902.979	6.442.089	
	21.919.604	3.878.631	985.132	621.376	1.368.641	28.773.384	30.271.801	59.045.185	

6 Estoques

	2017	2016
Loja veterinária	6.318.659	15.802.405
Loja agrícola	5.303.202	11.249.678
Mercadorias em poder de terceiros	435.582	859.146
Mercadorias em consignação	43.299	296
Adiantamentos a fornecedores (i)	122.939	384.517
Total das lojas	12.223.681	28.296.042
Supermercados	1.806.419	2.565.675
Fábrica de rações	1.014.050	1.404.130
Posto de combustíveis e lubrificantes	323.947	566.800
Loja de conveniência	41.108	104.838
Laticínios	-	-
Armazém graneleiro	-	432.388
	15.409.205	33.369.873

- (i) Trata-se de adiantamentos a fornecedores para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas que serão disponibilizados para venda nas lojas da Cooperativa a partir do seu recebimento.

A Administração da Cooperativa entende que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2017	2016
ICMS (i)	3.199.077	3.216.115
ICMS ativo imobilizado	42.324	50.800
IRPJ	8	33.169
CSLL	11	12
IRRF	267.561	246.271
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	-
INSS – FUNRURAL a compensar	152	2.450
PIS (ii)	2.626.954	2.919.636
COFINS (ii)	11.899.017	13.174.232
(-) Provisão para perdas (ii)	(10.869.842)	(14.187.994)
Total do circulante	7.165.262	5.454.690
ICMS ativo imobilizado	50.734	66.572
Total do não circulante	50.734	66.572
	7.215.996	5.521.262

- (i) O crédito de ICMS é proveniente das aquisições de mercadorias para revenda.
- (ii) Os créditos de PIS e COFINS foram apurados pelo regime de não cumulatividade. A Administração da Cooperativa, devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, decidiu constituir uma provisão para perdas para créditos registrados considerados de difícil utilização.

8 Investimentos

	2017	2016
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL (i)	26.767.486	22.941.739
Participação na CEMIL a capitalizar (i)	24.121	3.192.449
Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda. – Expocaccer	216.649	210.356
Cooperativa de Crédito Rural de Patrocínio Ltda.	174.790	161.795
Consórcio Cooperativo Grupo CEMIL	76.000	76.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Araxá Ltda. - Crediará	1.561	-

Federação Coop Agrop Leite MG - Fecoagro
Credicopa-Coop Cred Livre A O Mineiro Ltda.

1.000	-
250	250
27.261.857	26.582.589

- (ii) Os investimentos são ajustados conforme deliberações em AGO daquela Central e apresentam a seguinte movimentação em 2017 e 2016:

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2016	22.182.244
Integralização com retenção	759.495
Integralização com sobras (Nota 19)	3.192.449
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.134.188
Integralização com retenção	633.298
Integralização com sobras (Nota 19)	24.121
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.791.607

9 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação				2017	2016
		Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Total	Total
Terrenos	-	2.360.661	1.520.804	-	3.881.465	3.881.465
Edificações e benfeitorias	4%	8.599.507	4.892.060	(3.332.279)	10.159.288	10.773.656
Máquinas e equipamentos	10%	3.922.239	722.364	(3.015.699)	1.628.904	2.235.844
Móveis e utensílios	10%	2.193.395	231.990	(1.699.325)	726.060	955.129
Equipamentos de informática	20%	1.345.132	129.845	(1.108.440)	366.537	533.061
Veículos	20%	3.951.282	265.272	(3.465.506)	751.048	1.099.794
Outros bens imobilizados	-	325.204	-	-	325.204	168.248
Obras em andamento	-	4.110.039	-	-	4.110.039	3.165.741
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	770.000	-	(600.600)	169.400	354.200
		27.577.459	7.762.335	(13.221.849)	22.117.945	23.167.138

O ativo imobilizado está acrescido de reavaliação espontânea efetuada por peritos independentes em exercícios anteriores. A contrapartida do valor acrescido ao imobilizado foi registrada como reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Considerando a particularidade da Cooperativa, que opera em partes com atos cooperados, a Administração não constituiu a provisão dos tributos diferidos.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

b Movimentação do custo histórico + reavaliação

	Saldo em				Saldo em				Saldo em				
	1º/1/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	3.881.465	-	-	-	3.881.465	-	-	-	3.881.465	-	-	-	3.881.465
Edificações e benfeitorias	13.739.538	-	-	(18.318)	13.721.220	-	(272.785)	43.132	13.491.567	-	-	-	(3.332.279)
Máquinas e equipamentos	5.064.115	71.197	(6.739)	18.318	5.146.891	-	(502.288)	-	4.644.603	-	-	-	4.644.603
Móveis e utensílios	2.449.338	4.256	(6.542)	-	2.447.052	2.021	(23.688)	-	2.425.385	-	-	-	2.425.385
Equipamentos de informática	1.500.660	2.163	(8.140)	-	1.494.684	14.853	(34.560)	-	1.474.977	-	-	-	1.474.977
Veículos	4.815.145	378.484	(771.878)	-	4.421.750	177.887	(383.083)	-	4.216.554	-	-	-	4.216.554
Outros bens imobilizados	100.816	67.433	-	-	168.249	156.955	-	-	325.204	-	-	-	325.204
Obras em andamento	2.198.332	1.776.527	-	(809.118)	3.165.742	987.429	-	(43.132)	4.110.039	-	-	-	4.110.039
Benfeitorias em propriedades de terceiros	770.000	-	-	-	770.000	-	-	-	770.000	-	-	-	770.000
	34.519.409	2.300.060	(793.299)	(809.118)	35.217.052	1.339.145	(1.216.404)	-	35.339.794	-	-	-	35.339.794

c Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo em				Saldo em				Saldo em				
	1º/1/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Edificações e benfeitorias	(2.520.538)	(436.493)	-	9.466	(2.947.565)	(421.493)	36.779	-	(3.332.279)	-	-	-	(3.332.279)
Máquinas e equipamentos	(2.439.645)	(462.680)	744	(9.466)	(2.911.047)	(446.799)	342.147	-	(3.015.699)	-	-	-	(3.015.699)
Móveis e utensílios	(1.263.151)	(234.230)	5.458	-	(1.491.923)	(223.835)	16.433	-	(1.699.325)	-	-	-	(1.699.325)
Equipamentos de informática	(774.022)	(195.740)	8.141	-	(961.621)	(173.933)	27.114	-	(1.108.440)	-	-	-	(1.108.440)

Veículos	(3.431.390)	(613.581)	723.016	-	(3.321.956)	(501.092)	357.542	(3.465.506)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(231.000)	(184.800)	-	-	(415.800)	(184.800)	-	(600.600)
	(10.659.746)	(2.127.524)	737.359	-	(12.049.912)	(1.951.952)	780.015	- (13.221.849)

10 Intangível

a Composição do saldo

	Taxa anual de Amortização	2017			2016
		Custo	Amortização Acumulada	Total	Total
Software	20%	14.252.140	(3.207.175)	11.044.965	12.617.243

Refere-se aos valores aplicados no novo sistema de informações que será utilizado para controle nas operações da Cooperativa a partir de 2016.

b Movimentação do intangível

	Saldo em 1º/1/2016	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Software	13.447.022	-	(4.000)	809.118	14.252.140	-	-	-	14.252.140
(-) Amortização acumulada	(575.047)	(1.060.182)	333	-	(1.634.896)	(1.572.279)	-	-	(3.207.175)
	12.871.975	(1.060.182)	(3.667)	809.118	12.617.244	(1.572.279)	-	-	11.044.965

11 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Encargos	Vencimento final	2017			2016		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	De 2,81% a.a. A 36,00% a.a	dez/23	46.917.629	17.276.134	64.193.763	57.860.436	11.597.356	69.457.792
Repasso de crédito rural	De 2,50% a.a. A 22,10% a.a	dez/22	790.776	1.519.103	2.309.879	16.935.700	2.069.609	19.005.309
Consórcio	-	-	4.239	5.652	9.891	38.430	-	38.430
			47.712.644	18.800.889	66.513.533	74.834.566	13.666.965	88.501.531

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas. As garantias são bens da Cooperativa e aval dos diretores.

O saldo de empréstimos e financiamentos está concentrado em capital de giro e repasse de crédito rural, que é captado pela Cooperativa para pagamento aos fornecedores de insumos para revenda aos cooperados.

Os empréstimos e financiamentos do passivo não circulante (longo prazo) por data de vencimento é composto da seguinte forma:

Ano de vencimento	Modalidades			
	Capital de giro	Repasso de crédito rural	Consórcio	Total
2019	8.136.823	866.619	4.239	9.007.681
2020	4.890.266	717.980	1.413	5.609.659
2021	3.267.151	72.012	-	3.339.163
2022	742.784	49.852	-	792.636
2023	51.750	-	-	51.750
	17.088.774	1.706.463	5.652	18.800.889

12 Fornecedores

	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores de bens e consumo (i)	16.431.655	5.848.870	22.280.525	32.892.249	-	32.892.249
	16.431.655	5.848.870	22.280.525	32.892.249	-	32.892.249

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar à fornecedores de insumos e de máquinas e implementos agrícolas, que são disponibilizados nas lojas da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

13 Obrigações com cooperados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores Associados	3.142.341	2.747.340
Estoque armazém graneleiro	-	432.292
Outros	7	22.466
	<u>3.142.348</u>	<u>3.202.098</u>

Basicamente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários e ordenados	317.971	-	317.971	548.179	-	548.179
INSS a pagar (i)	2.852.996	4.558.080	7.411.076	1.266.666	2.459.181	3.725.847
FGTS s/ folha de pagamento	270.349	-	270.349	194.834	-	194.834
Auxílio alimentação	34.445	-	34.445	68.223	-	68.223
PIS s/ folha de pagamento	7.361	-	7.361	34.598	-	34.598
Pro-labore a pagar	5.485	-	5.485	22.922	-	22.922
Provisão de banco de horas	70.144	-	70.144	21.540	-	21.540
Outras obrigações sociais e trab	485	-	485	15.559	-	15.559
	<u>3.559.236</u>	<u>4.558.080</u>	<u>8.117.316</u>	<u>2.172.521</u>	<u>2.459.181</u>	<u>4.631.702</u>

- (i) O saldo é composto de INSS s/folha pagamento a recolher e adesão ao PERT – Programa de Regularização Tributária INSS junto à Receita Federal do Brasil em 120 parcelas

15 Provisão para contingências e depósitos judiciais

	<u>Provisão para contingências</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS (i)	171.186	171.186	171.186	171.186
COFINS (i)	813.237	813.237	813.237	813.237
INSS - FAP (ii)	320.063	320.063	320.063	320.063
	<u>1.304.486</u>	<u>1.304.486</u>	<u>1.304.486</u>	<u>1.304.486</u>

A Cooperativa é parte envolvida em ações tributárias, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores envolvidos. Existem depósitos judiciais realizados suportando as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

- (i) **PIS e COFINS:** constituída para fazer face a eventuais perdas em ações na área tributária que estão sendo discutidas judicialmente, sendo cobertas por depósitos judiciais no valor de R\$ 984.423 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, classificados no ativo não circulante.

A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos.

- (ii) **INSS – FAP:** constituída para fazer face a eventuais perdas em ações na área tributária que estão sendo discutidas judicialmente, sendo cobertas por depósitos judiciais no mesmo valor, classificados no ativo não circulante. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos.

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas classificadas pelo assessor jurídico como de perda possível, mas não provável, no montante de R\$ 210.886, não sendo constituída provisão para contingências.

Ainda, quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais

e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

16 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Ainda, pelo Estatuto Social, está previsto pagamento de juros de até 6% ao ano no exercício que houver sobras, conforme decisão do Conselho de Administração. Não foram atribuídos juros sobre o capital nos exercícios de 2017 e de 2016.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos associados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c Reserva de reavaliação

Refere-se a reavaliação de bens do ativo imobilizado realizada em exercícios anteriores. A realização da reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Perdas acumuladas/Sobras à disposição da AGO

As perdas/sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(Perda) sobra líquida do exercício	(19.375.975)	(22.184.273)
Realização da reserva de reavaliação	176.057	172.514
Compensação do prejuízo com terceiros com a reserva legal	-	1.057.529
Constituição de reservas legais e estatutárias:	-	2.108.006
Compensação do prejuízo com reservas	-	1.486.157
Sobras à disposição da AGO	(19.199.918)	(17.360.067)

De acordo com o Estatuto Social, baseado na legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971:

As sobras/Perdas à disposição da AGO.

- “As sobras apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, terão a destinação que lhes der a Assembleia Geral e, caso esta decida distribuí-las aos associados, serão rateadas entre os mesmos, em partes diretamente proporcionais ao seu movimento econômico-financeiro na COOPA no período”.

As perdas acumuladas.

- “Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do Fundo de Reserva Legal. Se o Fundo de Reserva Legal for insuficiente para cobrir os prejuízos, estão serão rateados entre os associados, na proporção direta do seu movimento econômico-financeiro na COOPA no período”.

17 Ingresso operacional líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingresso operacional bruto		
Produtos e mercadorias	161.190.536	247.369.432
Serviços prestados	2.073.194	2.509.094
	163.263.730	249.878.526
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes	(7.912.274)	(9.824.096)

Devoluções e abatimentos	(2.808.986)	(4.006.209)
	(10.721.260)	(13.830.305)
	152.542.470	236.048.221

18 Outros ingressos operacionais líquidos

	2017	2016
Outros ingressos operacionais		
Bonificações e doações	100.515	527.512
Recuperação de dispêndios	3.331.560	3.820.386
Resultado na alienação de bens	236.509	361.091
Outros ingressos	40.347	33.110
	3.708.931	4.742.099
Outros dispêndios operacionais		
Dispêndios com eventos	(112.388)	(223.849)
Outros dispêndios	(775.813)	(276.648)
	(888.201)	(500.497)
	2.820.730	4.241.602

19 Resultado de participações em cooperativas

	2017	2016
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – Cemil (nota 8)	24.121	3.192.449
Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda. – Expocaccer	6.193	-
Cooperativa de Crédito Rural de Patrocínio Ltda.	7.354	12.499
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Araxá Ltda. - Crediara	1.213	-
	38.881	3.204.948

20 Resultado financeiro

	2017	2016
Ingressos financeiros		
Juros ativos	3.774.864	4.558.759
Rendimentos de aplicações financeiras	342.460	1.497.459
Descontos obtidos	3.922.997	149.001
Ajuste a valor presente	789.631	1.224.570
Outros ingressos	979.043	495.288
	9.808.995	7.925.077
Dispêndios financeiros		
Juros passivos	(16.938.217)	(22.783.312)
Descontos concedidos	(443.160)	(756.665)
Dispêndios bancários	(922.990)	(2.487.557)
IOF	(334.010)	(647.237)
Outros dispêndios	-	(820.375)
	(18.638.377)	(27.495.146)
	(8.829.382)	(19.570.069)

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Natureza da operação	2017			2016		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
Cédula de presença – exercício	-	-	-	154.803	54.376	209.179
Contas a receber	94.076	604.776	698.852	887.016	56.689	943.705
Obrigações com cooperados	428.079	171.428	599.507	97.540	98.601	196.141
Capital social	829.310	171.428	1.000.738	929.856	253.736	1.183.592

Ainda, a Cooperativa possui participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL, que está demonstrado na nota 8. Os valores transacionados com a CEMIL em 2017 e 2016 foram:

Natureza da operação	2017		2016	
	Contas a receber	Faturamento no exercício	Contas a receber	Faturamento no exercício
Contas a receber	3.081.993	47.535.936	4.497.973	55.711.000

22 Benefícios a empregados

A Cooperativa provê a seus empregados benefícios de seguro de vida, auxílio alimentação, gratificações, auxílio transporte e assistência educacional, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Esses benefícios são registrados como despesas, quando incorridos.

Em 31 de dezembro de 2017, o total de gastos relacionados aos benefícios aos empregados monta R\$ 927.473 (R\$ 1.279.923 em 2016).

23 Gerenciamento de riscos

a Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva que analisam estes riscos e definem as principais diretrizes de atuação da Cooperativa.

Nesse contexto, a Cooperativa mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa.

a.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado de produtos agrícolas). A Administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

a.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

a.3 Risco de liquidez

É o risco da Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração.

b Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo.

A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de revenda de produtos.

c Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Cooperativa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Cooperativa mantém apenas instrumentos financeiros classificados no nível 1.

d Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2017	2016
Ativo, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	1.347.845	12.772.459
Conta a receber	(i)	44.336.580	43.298.612
		45.684.425	56.071.071
Passivo, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	(ii)	66.513.533	88.501.531
Fornecedores	(ii)	22.280.525	32.892.249
Obrigações com cooperados	(ii)	3.142.348	3.202.098
Capital a restituir	(ii)		
		91.936.406	124.595.878

Classificação:

- (i) Empréstimos e recebíveis.
- (ii) Outros passivos financeiros.

24 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 Custódia de produção agrícola armazenada

A Cooperativa possuía em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados e de terceiros para futura comercialização do seguinte produto e quantidade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Produto	Unidade	Quantidade (Kg)		Valor estimado	
		2017	2016	2017	2016
Milho	Kg	-	664.451	-	432.292

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

26 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 - IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2017			2016		
	Atos Cooperativos	Atos não cooperativos	Total	Atos Cooperativos	Atos não cooperativos	Total
Ingresso operacional bruto						
Produtos e mercadorias	123.507.719	37.682.817	161.190.536	205.500.170	41.869.262	247.369.432
Serviços prestados	1.877.324	195.870	2.073.194	2.314.535	194.559	2.509.094
	125.385.042	37.878.688	163.263.730	207.814.705	42.063.821	249.878.526
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes	(5.914.744)	(1.997.530)	(7.912.274)	(7.965.961)	(1.858.135)	(9.824.096)
Devoluções e abatimentos	(2.450.526)	(358.460)	(2.808.986)	(3.564.667)	(441.542)	(4.006.209)
	(8.365.270)	(2.355.990)	(10.721.260)	(11.530.628)	(2.299.677)	(13.830.305)
Ingresso operacional líquido	117.019.772	35.522.698	152.542.470	196.284.077	39.764.144	236.048.221
Dispêndios de produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(102.765.210)	(30.231.393)	(132.996.603)	(170.259.215)	(29.927.551)	(200.186.766)
Sobra bruta	14.254.562	5.291.305	19.545.867	26.024.862	9.836.593	35.861.455
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(10.678.382)	(4.208.223)	(14.886.605)	(14.851.131)	(4.568.599)	(19.419.730)
Dispêndios administrativos e gerais	(12.970.358)	(5.095.108)	(18.065.466)	(13.935.355)	(3.482.009)	(17.417.364)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(8.694.898)	(390.218)	(9.085.116)
Outros ingressos operacionais líquidos	1.788.512	1.032.218	2.820.730	3.160.811	1.080.792	4.241.603
Resultado de participações em cooperativas	38.881	-	38.881	3.204.948	-	3.204.948
	(21.821.347)	(8.271.113)	(30.092.460)	(31.115.625)	(7.360.034)	(38.475.659)
Sobra antes do resultado financeiro	(7.566.785)	(2.979.808)	(10.546.593)	(5.090.763)	2.476.559	(2.614.204)
Resultado financeiro	(6.837.899)	(1.991.483)	(8.829.382)	(15.645.763)	(3.924.306)	(19.570.069)
(Perda) sobra líquida do exercício	(14.404.684)	(4.971.291)	(19.375.975)	(20.736.526)	(1.447.747)	(22.184.273)

Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

27 Demonstrações de sobras ou perdas por segmento

Apresentamos a seguir as demonstrações de sobras ou perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 por segmento. Os critérios e alocações quanto às demonstrações por segmento não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	Lojas agroveterinárias	Postos	Supermercados	Laticínio	Fábrica de Rações	Armazém Graneleiro	Conveniência	Administração	Total
Ingresso operacional bruto									
Produtos e mercadorias	49.593.887	16.497.311	24.319.905	47.225.936	22.536.570	-	1.016.927	-	161.190.536
Serviços prestados	175.041	26.797	-	1.664.706	-	206.651	-	-	2.073.195
	49.768.928	16.524.108	24.319.905	48.890.642	22.536.570	206.651	1.016.927	-	163.263.731
Deduções do ingresso bruto									
Impostos incidentes	(1.183.248)	(38.471)	(1.188.266)	(5.415.298)	(42.692)	(3.649)	(40.652)	-	(7.912.276)
Devoluções e abatimentos	(1.891.909)	(26.345)	(29.365)	(4.549)	(855.839)	-	(979)	-	(2.808.986)
	(3.075.157)	(64.816)	(1.217.631)	(5.419.847)	(898.531)	(3.649)	(41.631)	-	(10.721.262)
Ingresso operacional líquido	46.693.771	16.459.292	23.102.274	43.470.795	21.638.039	203.002	975.296	-	152.542.469
Dispêndios de produtos e Mercadorias vendidos e serviços prestados									
	(39.584.568)	(14.057.432)	(18.960.247)	(43.487.379)	(16.173.654)	11.259	(744.584)	-	(132.996.605)
Sobra bruta (Dispêndios) ingressos Operacionais	7.109.203	2.401.860	4.142.027	(16.584)	5.464.385	214.261	230.712	-	19.545.864
Operacionais									
Dispêndios com pessoal	(5.271.406)	(1.383.922)	(2.286.478)	(457.951)	(1.478.557)	(218.505)	(107.148)	(3.682.638)	(14.886.605)
Dispêndios administrativos e gerais	(3.580.364)	(1.035.260)	(2.309.382)	(424.832)	(1.582.969)	(773.049)	(119.147)	(8.240.463)	(18.065.466)
Resultado financeiro líquido	311.383	(156)	9.566	53	(54.040)	-	922	(9.097.113)	(8.829.385)
Outros ingressos operacionais Líquidos	644.786	234.350	795.211	114.273	50.066	199.670	26.911	755.464	2.820.731
Resultado de participações em cooperativas	-	-	-	24.121	-	-	-	14.760	38.881
	(7.895.601)	(2.184.988)	(3.791.083)	(744.336)	(3.065.500)	(791.884)	(198.462)	(20.249.990)	(38.921.844)
Perda do exercício	(786.398)	216.872	350.944	(760.920)	2.398.885	(577.623)	32.250	(20.249.990)	(19.375.980)

Patrocínio/ MG, 19 de fevereiro de 2018.


Fausto Amaral da Fonseca
 Presidente


Edivar Pereira da Silva
 Contador CRC/MG 056197/O

15. Balanço Social

15.1. - Balanço Social

Balanço Social Anual das Cooperativas Registradas no Sistema OCEMG/SESCOOP						
1 - Identificação da Cooperativa						
Nome: Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda.						
CNPJ: 23.405.160/0001-16						
Tempo de atividade: 56 anos						
Ramo de atividade: Agropecuário						
Responsável pelo preenchimento: Vanessa Maria Amaral						
2- Indicadores do Corpo de Pessoal	Cooperativas					
	2016			2017		
	Empregados	Cooperados	Total	Empregados	Cooperados	Total
Nº de pessoas na cooperativa em 31-12	338	2845	3183	243	1642	1885
Nº de admissões e entradas durante o período	103	49	152	70	32	102
Nº de demissões e saídas durante o período	198	293	491	165	842	1007
3- Indicadores de organização e gestão						
2016						
2017						
Procedimentos para integralização das quotas-partes	<input type="checkbox"/> pagamento à vista <input type="checkbox"/> desconto de débitos trabalhistas <input type="checkbox"/> desconto parcelado das retiradas <input checked="" type="checkbox"/> outros - Parcelado 30 e 60 dias.			<input type="checkbox"/> pagamento à vista <input type="checkbox"/> desconto de débitos trabalhistas <input type="checkbox"/> desconto parcelado das retiradas <input checked="" type="checkbox"/> outros - Parcelado 30 e 60 dias.		
Nº total de acidentes do trabalho	7			6		
Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Estimula a educação básica, ensino médio e superior (supletivo ou regular) dos empregados?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Destino das sobras	<input type="checkbox"/> investimentos <input type="checkbox"/> fundos <input type="checkbox"/> outro <input checked="" type="checkbox"/> rateio entre os cooperados			<input type="checkbox"/> investimentos <input type="checkbox"/> fundos <input type="checkbox"/> outro <input checked="" type="checkbox"/> rateio entre os cooperados		
Quantidade de assembleias realizadas	2			5		
Frequência média nas assembleias	276,5			267,8		
Decisões submetidas à assembleia	<input checked="" type="checkbox"/> investimentos <input type="checkbox"/> pagamento credores <input type="checkbox"/> novos produtos <input checked="" type="checkbox"/> destino das sobras ou perdas <input checked="" type="checkbox"/> admissão/afastamento de cooperado <input checked="" type="checkbox"/> outro - Limite de endividamento / Investimento / reforma do Estatuto Social			<input checked="" type="checkbox"/> investimentos <input type="checkbox"/> pagamento credores <input type="checkbox"/> novos produtos <input checked="" type="checkbox"/> destino das sobras ou perdas <input checked="" type="checkbox"/> admissão/afastamento de cooperado <input checked="" type="checkbox"/> outro - Limite de endividamento / Investimento / reforma do Estatuto Social		
Renovação dos cargos diretivos	<input type="checkbox"/> 1/3 <input type="checkbox"/> 2/3 <input type="checkbox"/> total <input checked="" type="checkbox"/> sem renovação			<input type="checkbox"/> 1/3 <input type="checkbox"/> 2/3 <input checked="" type="checkbox"/> total <input type="checkbox"/> sem renovação		
A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos do tipo cooperativo?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, oferecendo assessoria <input checked="" type="checkbox"/> sim, com recursos humanos ou materiais <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> outros apoios			<input checked="" type="checkbox"/> sim, oferecendo assessoria <input checked="" type="checkbox"/> sim, com recursos humanos ou materiais <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> outros apoios		
Principais parcerias e apoios	<input checked="" type="checkbox"/> sindicato <input checked="" type="checkbox"/> ONG <input checked="" type="checkbox"/> SESCOOP/OCB <input type="checkbox"/> instituição religiosa <input type="checkbox"/> governo federal <input type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal <input checked="" type="checkbox"/> outro			<input checked="" type="checkbox"/> sindicato <input checked="" type="checkbox"/> ONG <input checked="" type="checkbox"/> SESCOOP/OCB <input type="checkbox"/> instituição religiosa <input type="checkbox"/> governo federal <input type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal <input checked="" type="checkbox"/> outro		
A participação dos cooperados no planejamento da cooperativa	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis			<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis		
A cooperativa costuma ouvir os cooperados para soluções de problemas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim, sem data definida <input checked="" type="checkbox"/> sim, com data definida (Programa OQS)			<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim, sem data definida <input checked="" type="checkbox"/> sim, com data definida (Programa OQS)		
4- Indicadores econômicos em R\$						
2016						
2017						
Ingressos e receitas brutas	R\$ 249.878.526,41			R\$ 163.263.729,92		
Valores repassados aos cooperados	R\$ 207.814.705,36			R\$ 125.385.042,12		
Receitas sobre aplicações financeiras em 31/12	R\$ 1.427.459,31			R\$ 342.459,80		
Total de dívidas em 31/12	R\$ 88.463.101,00			R\$ 66.503.641,67		
Patrimônio líquido da cooperativa	R\$ 19.564.433,14			R\$ 18.607.201,78		
Valor total de impostos e contribuições do período	PIS: R\$ 119.900,82	COFINS:	R\$ 0,00	PIS: 308.162,66	COFINS:	R\$ 1.056.764,07
	IPI: R\$ 0,00	INSS:	R\$ 3.413.998,28	IPI: R\$ 0,00	INSS:	R\$ 2.332.113,68

	ITR: R\$ 283,98 CSLL: R\$ 0,00	FGTS: ICMS:	R\$ 1.473.774,728 R\$ 8.644.309,38	ITR: R\$ 283,98 CSLL: R\$ 0,00	FGTS: ICMS:	R\$ 1.678.936,40 R\$ 6.808.337,97
	OUTROS: R\$ 4.064.776,86 (Impostos e Taxas+ISS+CPMF/IOF+FUNRURAL)			OUTROS: R\$ 3.581.692,13 (Impostos e Taxas+ISS+CPMF/IOF+FUNRURAL)		
Total da folha de pagamento/benefícios	Transporte: R\$ 37.340,57			Transporte: R\$ 13.777,99		
	Alimentação: R\$ 432.999,99			Alimentação: R\$ 376.800,00		
	Plano de Saúde: R\$ 436.575,55			Plano de Saúde: R\$ 335.295,19		
	Bolsa de Estudos: R\$ 19.266,60			Bolsa de Estudos: R\$ 7.044,00		
	Outros:			Outros:		
Total da folha de pagamento/salários	R\$ 12.734.155,53			R\$ 10.222.072,99		
Total da folha de pagamento/encargos	R\$ 1.598.086,82			R\$ 4.096.313,60		
Valor de capital para ingresso na cooperativa	R\$500,00			R\$500,00		
Sobras ou perdas do exercício	(R\$ 17.360.066,61)			(R\$ 19.375.977,84)		
Valor dos fundos/reservas existentes	R\$10.361.718,82			R\$ 5.537.512,00		
	2016			2017		
5- Indicadores sociais internos (benefícios para cooperados e empregados)	Empregados	Cooperados		Empregados	Cooperados	
	R\$ 4.157,20	R\$ 670,00		R\$3.312,53	R\$ 0,00	
Capacitação profissional	Beneficiários					
	343	2				
Total dos investimentos sociais internos	R\$ 4.157,20	R\$ 670,00				
	2016			2017		
6- Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade em R\$)						
Compras ou contratação de serviços de outras cooperativas	R\$ 436.575,55			R\$ 2.033.464,42		
Vendas ou prestação de serviços a outras cooperativas	R\$ 2.018.061,90			R\$ 47.255.216,52		
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais externos	R\$ 181.599,31			R\$ 0,00		
Investimentos em cultura e/ou lazer	R\$ 0,00			R\$ 0,00		
	nº de pessoas beneficiadas 0			nº de pessoas beneficiadas 0		
Gastos com ações sociais/filantropia (financeiros, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias	R\$ 387,85			R\$ 506,72		
	nº de pessoas beneficiadas		Comunidade como um todo!	nº de pessoas beneficiadas		Comunidade como um todo!
	nº de entidades beneficiadas		40	nº de entidades beneficiadas		0
Outros	-			-		